POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E GÊNERO: GARANTIA DA INFÂNCIA PLENA DE MENINAS E MENINOS

FINCO, Daniela
Faculdade de Educação da USP

Este trabalho, resultado de meus estudos de doutorado em andamento, apresenta uma análise sobre a inclusão da perspectiva de gênero na educação infantil. Parte da constatação de que embora a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2001); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96 (Brasil, 1996); o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 10.172/2001 (Brasil, PNE, 2001) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, RCNEI, 1998) constituam importantes instrumentos de referências para a construção de políticas públicas de educação no Brasil, a partir da ótica de gênero, contribuindo com a formação e com a atuação de professoras e professores, essas políticas não são devidamente efetivadas pelo Estado (Vianna e Unbehaum, 2006). A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a efetividade dessas proposições na prática pedagógica de educadoras. Para isso analisa as práticas educativas frente àquelas (es) meninas (os) que contrariam as expectativas dos adultos e fogem dos padrões considerados “adequados” para cada sexo e busca identificar em quais construtos e conhecimentos as professoras se baseiam, ao lidarem com os conflitos relativos às questões de gênero na infância. Os procedimentos metodológicos baseiam-se na pesquisa etnográfica no ambiente coletivo de esfera pública de uma pré-escola no município de São Paulo e entrevistas com as professoras e equipe gestora. A questão investigada é uma temática necessária principalmente se consideramos a situação atual de construção de políticas públicas para a Educação Infantil e a formulação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero, que pretende garantir condições igualitárias de qualidade para o sistema de educação e para a formação docente.

CAPES/DS